

GENTRIFICAÇÃO E POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS NO BRASIL: processos que levam ao déficit habitacional

Georgia Patrícia da Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Sergio Figueiredo Feretti

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Edileuza Sette

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

GENTRIFICAÇÃO E POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS NO BRASIL: processos que levam ao déficit habitacional

Resumo: O presente artigo consiste numa discussão crítica sobre as políticas de preservação dos centros históricos brasileiros que defendem a permanência e a defesa dos grupos e culturas locais, mas que, na prática, assemelham-se ao processo de gentrificação que acirra problemas de moradia por inserir nesses espaços o consumismo da cultura. O processo de gentrificação associado aos interesses empresariais inevitavelmente expulsa os moradores dessas áreas consideradas patrimônio para a criação de paisagens de poder, em detrimento do vernacular, para fins de exploração comercial. Isso cria novas centralidades que proporcionam maiores retornos aos investimentos financeiros realizados.

Palavras-chave: gentrificação ?, moradia, patrimônio, paisagens de poder.

GENTRIFICATION AND THE RENOVATION OF THE HISTORICAL TOWNS IN BRAZIL: the process that leads to habitation deficit

Abstract: This article is a critical discussion about policies to preserve the Brazilians' historic centers which need to protect local and cultural groups, but in practice, are in the process of gentrification? that increases housing problems for those entering the consuming culture areas. The process of gentrification ? linked to business interests inevitably makes the local residents leave their areas considered inherited by them, to create power landscapes to motivate commercial exploitation. This creates new centralities that provide higher returns towards investments made.

Key words: gentrification ?, housing, heritage, landscapes of power.

Recebido em 20.09.2008. Aprovado em 28.10.2008.

1 INTRODUÇÃO: pontos e contrapontos das políticas de revitalização

Tem-se visto nas últimas décadas uma intensa implementação de políticas de revitalização nos centros históricos brasileiros principalmente com a justificativa da necessidade de preservar os bens materiais e imateriais dessas áreas consideradas patrimônio histórico e cultural. O termo patrimônio é normalmente usado para remeter à idéia de herança de bens e valores representativos de uma nação, ou seja, algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações.

De acordo com (BOGÉA et al, 2007), patrimônio cultural é o conjunto de bens que possui valor histórico, artístico, científico ou associativo e que define, em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, um Estado ou uma Nação, devendo ser preservado como legado às gerações futuras. Mas, Funari (2001) instiga com a idéia de que patrimônio, como “referência aos monumentos herdados das gerações anteriores”, remete a um caráter subjetivo, a uma relação de afetividade de símbolos do passado com olhar do presente, pois os nexos entre o bem cultural e a sociedade vão além dessa relação; o caráter político e econômico torna-se intrínseco. Com a atual importância dada ao patrimônio pelo poder público reconhece-se não apenas o seu valor cultural, mas também o seu potencial como mercadoria de consumo cultural. (RODRIGUES, 2001)

Nessa perspectiva, observa-se que as atuais práticas de intervenção urbana têm buscado embelezar estrategicamente as cidades históricas por meio das políticas de preservação cultural, com impactos ainda pouco estudados. O Estado, na maioria das vezes, é o maior promotor dessas políticas beneficiando grandes redes empresariais na tentativa de inserir o espaço no mercado global. Assim, as políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio ganham importância cada vez maior para as nações com a entrada do novo milênio. Nelas são eleitos centros urbanos que se tornam objetos de reorganização espacial, inserindo-os nos atuais sistemas produtivos.

As propostas de valorização das áreas consideradas patrimônio firmam-se pelo discurso desenvolvimentista e pela promessa de geração de emprego e renda, principalmente quando associadas a sua inserção na rota do turismo; sendo a atividade turística um produto da sociedade capitalista industrial que se desenvolveu sob o impulso de determinações e motivações diversas, dentre elas o consumo de bens culturais. (RODRIGUES, 2001) Mas essa abertura ao “outro”, proporcionada pelo atendimento de um mercado consumista, indubitavelmente é acompanhada da construção de espaços artificiais de cultura, diversão e lazer, resultando em hibridações de valores diversos. (CARVALHO, 1996).

O processo mercadológico que permeia oferta e procura impõe tensões cotidianas às culturas

herdadas na medida em que a implementação da lógica capitalista cria modelos de referência comuns a todos que habitam nessas áreas buscando uniformizar tradições em torno de pretensos interesses econômicos; tendo, por fim, a imposição de “costumes nacionais” que se sobrepõem às memórias particulares e regionais. Nesse processo de imposição de modelos, Zukin (2000). ressalta que vão sendo criadas as paisagens de poder em detrimento do vernacular.

O termo vernacular refere-se à construção edificada quanto às relações sociais levadas a termo pelos desprovidos de poder. Essas duas esferas estão em contraste e freqüentemente em conflito. Na prática, o processo de gentrificação está permeado por tensões entre as instituições poderosas, entre a quais se situa o Estado, com o objetivo de construir novas paisagens em razão do lucro. (ZUKIN, 2000).

Na prática, o patrimônio passa a constituir uma coleção simbólica unificadora criando uma base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território sejam diversos. (RODRIGUES, 1995) Mesmo com as resistências dos desprovidos de poder, torna-se inevitável a criação das paisagens de poder pela ação do capital privado que tem o apoio maciço do Poder Público para viabilizar os projetos e interesses dos empresários, o que acaba transformando as áreas históricas em lugares exclusivos de uso comercial, afastando a idéia de centros residenciais.

No Brasil, o processo de elitização dos espaços resultantes de certas políticas de revalorização urbana assemelha-se à gentrificação ocorrida nos países centrais por desencadear uma série de ações articuladas que interferem na materialidade do espaço, incentivam a criação de novos pólos de atração e potencializam o interesse das classes mais abastadas provocando a exclusão da população devido, principalmente, à especulação imobiliária. Bernhardt (2008), revisitando um conjunto de autores, apresenta diferenças entre a gentrificação e o processo de revitalização, reforma ou desenvolvimento urbano, mas, para Botelho (2005), em muitas circunstâncias a revitalização passa a significar gentrificar, pois significa intervir numa determinada realidade e elitizar.

As políticas de revalorização têm primado pela intervenção no patrimônio histórico edificado principalmente na recuperação da infra-estrutura (energia, telecomunicações, saneamento, água e reformas de casarios) como forma de incentivo à reativação da economia local, com vistas à inserção do espaço na reprodução do capital. Para Leite (2007), esse tipo de intervenção urbana nos espaços da vida cotidiana pública tem como resultado mais visível a alteração da paisagem urbana, com a transformação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e consumo da cultura. A apropriação cultural tornou-se uma estratégia de aumento do valor econômico. (HARVEY, 1992) Nesse sentido, os centros

tradicionais parcialmente modificados, em função de sua adequação funcional e simbólica, ganham cada vez mais complexidade e vultuosidade pela nova centralidade, gerando profundas transformações na configuração espacial das áreas remodeladas, bem como uma incisiva (re)organização em suas sociabilidades públicas. A centralidade pode ser concebida enquanto um “espaço de prestígio, dotado de uma considerável capacidade de convergir diversos grupos sociais e de catalisar uma gama de novos serviços, negócios e lojas, os quais estão majoritariamente voltados para as camadas mais abastadas da população”. (LIMA, 2007).

Tem-se se visto nos programas de revitalização dos centros históricos do Brasil uma concepção que dá grande ênfase à revalorização urbana e à proposta de melhoria do lugar para o usufruto dos seus cidadãos. A preservação passa a ser promovida como uma reapropriação do espaço por seus moradores, com melhoria da qualidade de vida e criação de emprego e renda, além da melhoria da estrutura física do ambiente. Por conseguinte, a comunidade apóia a implementação por almejar usufruir do patrimônio remodelado, uma vez que são os detentores de direito, por imprimem ao espaço a identidade, podendo utilizá-lo e até mesmo preservá-lo. Contraditoriamente, Zukin (2000) afirma que, geralmente, os que criaram o lugar são expulsos pelos aluguéis e preços mais altos.

O processo de melhoramento urbano e deslocamento devido à ação do mercado privado repelem os que idealizaram e criaram o espaço devido ao fomento da especulação imobiliária. Como consequência tem-se a “higienização social”, processo de retirada de antigos moradores e usuários, bem como das práticas a eles relacionadas. Isso gera um déficit de moradias fazendo com que essas pessoas saiam de seu habitat para viverem em torno das áreas tombadas ou nas periferias.

No Brasil, exemplos de revitalização dos centros históricos que expressam o processo de gentrificação, nas últimas décadas, podem ser encontrados, dentre outras, nas cidades de Salvador, Recife e São Luís. Ao primarem pelo embelezamento por meio da reurbanização e reordenamentos habitacionais, promovendo a requalificação de edifícios históricos e a criação de novos espaços de cultura, diversão e lazer, tiveram, como consequência, a exclusão de um *modus vivendi* que seria justamente a contraparte humana dos edifícios tombados. (PONTES E OLIVEIRA, 2007).

A partir dessa problematização, o presente artigo tem o objetivo de fazer uma discussão teórica e crítica sobre as políticas de revitalização ocorridas nos centros históricos do Brasil que se assemelham ao processo de gentrificação. Como já apontado, o processo de gentrificação, associado aos interesses empresariais, inevitavelmente expulsa os moradores das áreas consideradas patrimônio para

a criação de paisagens de poder, em detrimento do vernacular, com fins de exploração comercial, criando novas centralidades que proporcionam maior retorno aos investimentos financeiros realizados pela empresas privadas com apoio do Estado. Para discussão foram realizados revisão da bibliografia inerente ao tema e levantamento de algumas pesquisas realizadas nos centros históricos brasileiros; particularmente em Salvador, Recife e São Luís.

2 PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: aspectos conceituais e práticos

O estudo do tema gentrificação - ou enobrecimento, de acordo com algumas traduções – constitui-se em importante foco de debate para a investigação, já que se trata de um processo fundamental na reestruturação metropolitana contemporânea. Para Battler (2000, p.1), a gentrificação “consiste en una serie de mejoras físicas o materiales y cambios inmateriales – económicos, sociales y culturales que tienen lugar en algunos centros urbanos viejos, los cuales experimentan una apreciable elevación de su status”. Esse processo se caracteriza normalmente pela “ocupación de los centros de las ciudades por una parte de la clase media, de elevados ingresos, que desplazan a los habitantes de clase baja, de menores ingresos, que vivían en el centro urbano”. (BATALLER, 2000, p.1).

Atualmente o termo vem recebendo destaque nos vários estudos das políticas urbanas adotadas, mas o tema não é tão recente. Em 1964 Ruth Glass utilizou-o para identificar as transformações imobiliárias em determinados distritos londrinos. Entretanto, foi no ensaio de Neil Smith, *The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*, que esse processo foi analisado em maior profundidade. Smith identificou os vários processos de gentrificação em curso nas décadas de 1980 e 1990 e tentou sistematizá-los, especialmente os ocorridos em Nova Iorque (com destaque para a gentrificação ocorrida nos bairros do Soho e do Harlem nesta cidade).

Para Grant (2008, p.1), “gentrification is a general term for the arrival of wealthier people in an existing urban district, a related increase in rents and property values, and changes in the district’s character and culture”. Na produção científica brasileira o termo vem sendo usado numa abordagem crítica para evidenciar a substituição das comunidades pobres por *outsiders* ricos no espaço que sofre o processo, já que os estudos de gentrificação remontam a casos de recuperação de bens edificados de regiões centrais de grandes cidades que passaram as últimas décadas por um período de degradação.

Em inúmeros países, áreas revitalizadas, principalmente as voltadas para edificações e logradouros, foram abandonadas pela elite no passado, quando perderam interesse econômico,

o que explica a desvalorização imobiliária. Paradoxalmente, esse deslocamento da classe abastada criou condições para que as classes menos privilegiadas ocupassem esses bens de forma legal ou não, mas no final das contas conseguindo preservar as características originais do lugar, além de criar sua própria identidade. Por outro lado, a participação dessa comunidade desprovida de recursos financeiros ocasionou o aumento da depreciação dos imóveis, sendo que muitas dessas áreas passaram a ser vistas como perigosas e associadas à pobreza, à marginalidade e à prostituição.

Neste estudo utiliza-se o termo com o mesmo sentido utilizado por autores como Harvey (1992), Arantes (2000) e Zukin (2000) para designar formas de intervenções urbanas que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos para o consumo público e privado que tem como desdobramento a expulsão da população de baixa renda, praticamente relegada dos programas de benfeitorias de reabilitação para elitização das áreas e apropriação dos imóveis para fins comerciais ou para o entretenimento das classes mais abastadas.

No atual discurso desenvolvimentista proclamado pelo poder público, voltado exclusivamente aos interesses do mercado imobiliário, normalmente aliado a uma política pública de suposta “revitalização” dos centros urbanos, tem-se a recuperação do caráter outrora glamoroso da região em questão, de forma a apagar imagens indesejadas que não combinam com o novo espaço.

Essa maquiagem da face dos centros históricos está posta por uma higienização ou limpeza social devido à violência com que tradicionalmente tais ações são realizadas. (Arantes, 2000).

Para Grant (2008):

the social, economic, and physical impacts of gentrification often result in serious political conflict, exacerbated by differences in race, class, and culture. Earlier residents may feel embattled, ignored, and excluded from their own communities. New arrivals are often mystified by accusations that their efforts to improve local conditions are perceived as hostile or even racist.

Nota-se, então, que o discurso da valorização nostálgica de um tempo perdido enaltece a cultura e o passado e, por outro lado, promove esse passado como bem de consumo, pois ao mesmo tempo em que há a criação do valor exacerbado do sentimento coletivo e singular promovido no patrimônio, essa lógica da singularidade promove a sua valorização comercial. Assim, o patrimônio torna-se um componente essencial para o desenvolvimento da indústria turística com implicações sociais pouco evidenciadas. Dentre os diversos danos da relação entre cultura e mercado

destaca-se a crise do próprio projeto de preservação patrimonial contemporânea pelo esgotamento da função memorial dos monumentos em função da substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza imposta pela lógica consumista. (CHOAY, 1992).

Leite (2007, p. 65) afirma que:

embora o argumento fundamental que justifica as atuais políticas de gentrificação continue se baseando na idéia de tradição, pressupõe uma retomada de patrimônio nacional acrescida de uma concepção mercadológica. Implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais no sentido de possibilitarem uma rentabilidade dos investimentos aplicados acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar.

Nas últimas décadas houve um investimento maciço em práticas de valorização de áreas urbanas antigas de algumas cidades ao redor do mundo (Paris, Londres e Nova Iorque) em nome do progresso. No Brasil não foi diferente. Muitos centros urbanos sofreram e ainda vêm sofrendo profundas transformações voltadas para a valorização dos bens arquitetônicos acompanhadas de um significativo processo de deterioração da cultura imaterial, já que a população de menor poder aquisitivo residente tem sido paulatinamente expulsa dos prédios onde moram. E os centros urbanos que possuem patrimônio cultural são os mais requisitados.

Nessa perspectiva, percebe-se que o crescimento dos interesses capitalistas pelo patrimônio vem provocando uma série de prejuízos à cultura imaterial porque muitos administradores públicos, para atenderem às pressões dos investidores, apóiam transações imobiliárias em áreas centrais urbanas, tendo como consequência o acelerado ritmo de destruição do passado pelas demolições dos monumentos edificadas, promovendo a criação de um ambiente distorcido da realidade.

Essa constatação faz crer que o uso inadequado do patrimônio destitui o significado de valor para a sociedade, principalmente para a comunidade local que por muitas vezes é alijada do processo, resta-lhe apenas o dever de se adequar às mudanças trazidas pela força propulsora da modernização. Nessa atividade consumista, que se faz emergente em nome da preservação patrimonial, deve-se analisar os efeitos na medida em que se busca a obtenção de ganhos. Dessa forma, as políticas de revalorização encontram-se subjacentes aos ditames do capital e, principalmente para atenderem à indústria do turismo, promovem a mercadorização da cultura, o que implica no

questionamento dos seus programas de preservação. Nesse culturalismo de mercado (ARANTES, 2000) a política urbana volta-se predominantemente para a imagem-making que sustentaria a busca da rentabilidade econômica mediante as práticas de reinvenção urbana voltadas para o city marketing. Como consequência mais direta desse tipo de intervenção urbana voltada para o mercado ocorre a proliferação de serviços e produtos destinados ao consumo, onde os processos de gentrificação sugerem a elitização dos espaços desdobrando-se na promoção da artificialidade, da criação de cenários e espetáculos para um público abastado com valores alheios à vida da comunidade local.

À luz dos princípios que permeiam o processo de gentrificação alicerçados na preservação dos sítios históricos que prometem permanência e defesa dos grupos culturais, primando por valores sociais como trabalho e moradia, este artigo foi elaborado para lembrar que os processos de gentrificação, na prática, acirram problemas sociais por inserirem nesses espaços o consumismo da cultura, criando paisagens de poder em detrimento do vernacular, o que ocasiona o déficit de moradia e o alijamento dos moradores para outros lugares.

Apesar de Bernhardt (2008) distinguir o processo de revitalização do de gentrificação, muitas vezes o primeiro apresenta o mesmo resultado do segundo nas reformas urbanas. Os centros urbanos brasileiros tiveram projetos de revitalização com a proposta da permanência da população local, mas quando esses espaços revalorizados se transformaram em ponto turístico passaram a ter caráter mais comercial do que residencial. Assim como em Recife, as figuras locais dos bairros centrais também foram removidas para abrirem espaço para um leque de investimentos de novos restaurantes, bares e boates. O mesmo fenômeno ocorreu no Pelourinho e em São Luís, onde uma área considerada decadente e perigosa foi revitalizada não no sentido de manter a cultura local, mas de substituí-la por estruturas de consumo e lazer para turistas. (BERNHARDT, 2008) Esses três casos são detalhados na próxima seção para explicitar que o processo de revitalização foi um caso claro de gentrificação, onde uma população foi literalmente deslocada para acomodar as vontades de investidores públicos e privados. (NOBRE, 2003)

3 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DE GENTRIFICAÇÃO: os casos de Salvador, São Luís e Recife

Do ponto de vista sócio-espacial, uma das principais implicações das intervenções urbanas atuais foi a atração de uma nova classe social abastada que, atraída pelo trabalho e pelo consumo da cultura, acabou se instalando nos centros urbanos por meio da conversão e transformação de edifícios antigos, adaptando-os a uma nova função social. (NOBRE, 2000) Esse processo

considerado gentrificação ocorreu em várias cidades do mundo, inclusive no Brasil.

M. Pacione (1990) apud Bataller (2000) afirma que para que exista gentrificação tem que se atentar para o seguinte esquema:

a) un barrio céntrico ocupado por clases médias experimenta pérdida de residentes a medida que estos van formando familias y sus ingresos van en aumento; b) el barrio va siendo ocupado por población cada vez de menores ingresos, que viven en alquiler; se experimenta un deterioro físico, ya que los ocupantes no pueden cubrir los costes de mantenimiento de los edificios; los propietarios no invierten en la mejora de las viviendas de sus inquilinos; hay sobrecapación y se subdividen las viviendas para ser alquiladas; c) las clases medias vuelven a interesarse por vivir en el centro; se reinvierte en el barrio, se desplaza a los antiguos ocupantes y se experimenta revitalización socioeconómica.

De acordo com Pellegrino, (2007), no mínimo duas consequências serão visíveis com essa forma consumista de conceber o uso do patrimônio. A primeira consiste na gentrificação e na segregação sócio-espacial estimuladas pelas políticas de preservação. A segunda retrata a consolidação hegemônica das escolhas dos grupos que detêm um poder econômico e político no tecido urbano que sobrepujarão às memórias consideradas indesejáveis.

A partir dessas contribuições (M. PACIONE 1990; PELLEGRINO, 2007) é possível identificar no Brasil vários centros que se utilizaram de políticas de revitalização e desdobraram-se em processo de gentrificação. Tal fato propiciou problemas de moradia por gerar o deslocamento da população residente para outras áreas da cidade. Para efeito deste trabalho foram analisadas pesquisas aplicadas em três centros históricos por serem bastante citados em trabalhos com abordagens críticas ou não como referências de revalorização do patrimônio.

• Salvador

Salvador, capital Bahia, tem um bairro localizado em seu Centro Histórico denominado Pelourinho. A história do bairro está intimamente ligada à história da própria cidade. O Pelourinho possui um conjunto arquitetônico colonial (barroco português) preservado e integrante do Patrimônio Histórico da UNESCO.

A partir dos anos 1960 o Pelourinho sofreu um forte processo de degradação com a modernização da cidade e a transferência de atividades econômicas para outras regiões da capital baiana, o que transformou a região do Centro Histórico um lugar marginalizado pela sociedade. A partir dos anos 1980, com o reconhecimento do casario como patrimônio da humanidade pela UNESCO e com os programas de revitalização, esse espaço urbano vem passando por diversas transformações.

Nos estudos de Barros e Pugliese (2008) o processo de gentrificação do centro histórico de Salvador ocasionou a desapropriação sistemática dos moradores, uma vez que o Estado invocou a propriedade sobre bens tombados para dar-lhes uso privatístico e atender a interesses da especulação imobiliária. Com a implementação da política de revitalização houve a higienização de grupos considerados “indesejáveis”. Quanto à criação de paisagens de poder, convém destacar que a maioria dos casarios restaurados foram transformados em lojas de souvenir, bares, restaurantes típicos, galerias de arte, museus ateliês e casas de espetáculos. Além disso, viu-se que atos desapropriatórios visando à inserção do capital no consumo cultural geraram a exclusão de grande parte da população residente.

As intervenções do Pelourinho tiveram um grande impacto na transformação da apropriação e consumo do espaço urbano, pois a maioria dos imóveis, 64,8%, foi convertida em uso comercial, sendo que apenas 16 % deles permaneceram para uso residencial. (NOBRE, 2003).

Para Zukin (2000), o enobrecimento redefine o significado social de um lugar especificamente histórico para um segmento do mercado e a descentralização densa redefine o mercado imobiliário em termos de um sentido de lugar. Os dois processos trazem implicações significativas para valores de propriedade, nível de emprego e outros fatores econômicos que prometem corroer tanto o lugar como o vernacular.

No tocante ao aspecto habitacional, Barros e Pugliese (2008) afirmam que a maioria das pessoas, pobres e negras, foram expulsas de suas casas e, juntamente com elas, a cultura que construíram e que deu identidade ao espaço. Muitas dessas pessoas encontram-se nas ruas, favelas, periferias e lugares marginais. Teve-se, portanto, a retirada dos indivíduos “descartáveis por sua posição social e institucionalizou-se, ali, a cultura maquiada e falsificada dos modos de viver, fazer e criar de uma grande população”. (BARROS ; PUGLIESE 2008).

Nesse sentido, há um grande erro da ação pública na gestão do patrimônio, onde o culto à memória tem como pano de fundo os interesses que sempre prevaleceram nos processos de preservação e conservação do nosso patrimônio histórico com o objetivo de privilegiar a construção de espaço para uma elite branca e culta. (OLIVEIRA apud PONTES; OLIVEIRA, 2007).

• São Luís

São Luís, capital do Estado do Maranhão, localizada na porção Meio-Norte do Brasil, constitui a última fronteira da região Nordeste com a Amazônia. Herdou de seus antepassados um conjunto arquitetônico colonial de influência ibérica sem precedentes na América Latina tanto pela sua extensão como por sua homogeneidade.

O Centro Histórico de São Luís é um dos maiores da América Latina, habitado por um uma população de baixa renda, é constituído de duzentos e vinte

hectares compondo o núcleo primitivo da cidade. (BOGÉA et al, 2007).

Silva e Sette (2008) ao realizarem pesquisa no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, considerado Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, em 1997, identificaram mudanças ocorridas nesse espaço a partir da implementação das políticas de revitalização. O espaço estudado vem corporificando novas memórias dos grupos que detêm o poder econômico e político. Notou-se a proliferação de diversos bares, restaurantes, casas de shows e espaços voltados para atividades lúdicas em meio à proliferação de inúmeros estacionamentos. Além do mais, com a especulação imobiliária houve a expulsão da população. Muitos sobrados foram postos à venda gerando a completa alteração de um *modus vivendi* que se constitui contraparte humana dos edifícios tombados, a cultura viva do lugar. Essa foi substituída pela contemplação estrangeira de manifestações culturais organizadas.

Essa tendência contemporânea de remodelamento das feições dos centros históricos, impulsionada pelo desenvolvimento capitalista, trouxe conseqüências significativas para a reativação das atividades e a criação de novas paisagens de poder em São Luís. Para Zukin (2000), do ponto de vista histórico ou estrutural, a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente. Portanto, ela é sempre socialmente construída. É edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições que transformam inevitavelmente o patrimônio em “produto cultural” passível de ser vendido e modificado, associando seus interesses a feitos considerados relevantes para a comunidade.

Essa ativação produtiva causou certos prejuízos quando se verificou que alguns bens, de certo modo, passaram a ser considerados como entrave ao crescimento do bairro. Percebeu-se o ritmo de “destruição do passado cultural a partir da demolição de edifícios e monumentos arquitetônicos em nome da modernização e da necessidade de atender ao perfil do turista”. (SILVA; SETTE, 2008, p.8) Assim, considera-se que o Centro Histórico de São Luís-MA caracteriza-se como um lugar ocupado por um processo de gentrificação distinto daquele tradicionalmente esperado pelas políticas públicas de revitalização.

Percebe-se que as atividades motivadas tipicamente pelo turismo provocaram um certo estranhamento entre moradores e o público visitante. Tal estranhamento inicial levou a reconhecer no Centro Histórico um flagrante distanciamento em relação aos moldes em que foi concebido e gestado o Programa de Revitalização. (SILVA; SETTE, 2008) Com isso, os objetivos de restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico para beneficiar a permanência da população residente alcançou resultados contrários aos planejados.

• Recife

O Bairro do Recife - ou Recife Antigo - situado no centro da capital pernambucana é um ponto turístico,

mas, por algum tempo, devido à degradação física das edificações e dos espaços públicos, ficou ligado ao estigma de local perigoso e marginal.

A Prefeitura da Cidade do Recife, em 1987, promoveu um plano para revitalização do Bairro do Recife. O discurso justificativo para o plano consistiu na retenção da população e melhoria na estrutura física da área. Os princípios que nortearam o projeto configuravam em reabilitação das estruturas históricas e promoção social. As propostas estavam voltadas para a conservação dos bens patrimoniais e para a participação da comunidade pobre residente no bairro. (PONTUAL, 2008) A implantação do Plano de Revitalização do Bairro Recife (PRBR), em 1993, com investimento do governo municipal em parceria com vários agentes privados, tinha como objetivo a requalificação da área e sua reativação para o desenvolvimento.

Em 1998 o Bairro do Recife foi tombado, a nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No dossiê de tombamento está destacada como justificativa a rica diversidade de estilos arquitetônicos e padrões urbanos representativos das temporalidades de formação da cidade e, portanto, lugar de identidade dos recifenses. (PONTUAL, 2008)

Para Leite (2007), é válida “qualquer intervenção que melhore as possibilidades de usos dos espaços públicos da cidade. Mas o que ocorreu no Bairro do Recife caracterizou um processo de “gentrificação” acarretando forte exclusão social, na medida em que espacializou as atividades de lazer do bairro numa espécie de zoneamento da diferença”. As políticas implementadas não trouxeram, de fato, contribuições efetivas para sua requalificação, seja no que se refere aos edifícios de interesse da preservação ou aos espaços públicos. Predominaram a exploração pela iniciativa privada e a descaracterização do patrimônio, o que promoveu a remoção das pessoas de suas casas para criação de bares e restaurantes.

Nesse sentido, existe uma inflexão na concepção dos planos de preservação, reabilitação e revitalização.

As práticas urbanísticas mudaram, conotando distintos significados aos espaços públicos. Embora esses planos de revitalização tenham sido evocados como de sucesso e que não esvaziaram o sentido de público, a revisão dos mesmos, à luz da crítica às práticas urbanísticas, indicam, segundo Capel (2005, p: 59), que “el énfasis en los proyectos económicamente viables, y en las negociaciones, ha llevado a errores graves. Há permitido recalificaciones que no deberían haberse hecho”. (PONTUAL, 2008, p. 4).

4 CONCLUSÃO

Apesar da diferenças conceituais entre gentrificação e política de revitalização, ambas

apresentaram similaridades, principalmente no que tange aos resultados desses três exemplos apresentados: São Luís, Recife e Salvador.

Percebe-se que as políticas de revalorização dos centros buscam a singularização do lugar, com criação das paisagens de poder numa espécie de identidade da consciência coletiva para se diferenciar das demais. Contudo, à medida que as paisagens são transformadas para o setor de turismo, elas se tornam cada vez mais semelhantes. Assim, a busca pela diferenciação incita replicação dos modelos mais exitosos promovendo concorrência entre as cidades, descrita por Sanches (2003) como a busca incessante da atração do capital. Nesse sentido, o que ocorreu em Salvador, São Luís e Recife traduz-se como consumismo do patrimônio, uma violência simbólica com dilapidação expressa do patrimônio cultural imaterial ali erigido na medida em que fomentou a expulsão e o desenraizamento dos moradores que davam identidade ao espaço.

Esse processo de gentrificação presenciado neste texto reflete a priorização de uma memória coletiva permeada de uma decisão ideológica, política e social a respeito da apropriação e mercantilização dos bens materiais e simbólicos protegidos, inclinando-se cada vez mais para atender aos interesses da elite dominante, o que evidencia uma distância acentuada entre o discurso protecionista e as suas práticas. Se, por um lado, relaciona-se os feitos simbólicos da memória coletiva de seu povo aos valores dos grupos sociais e à economia local, por outro lado percebe-se uma articulação negativa entre a política de preservação e o consumo do lugar por meio do uso e apropriação por distintos grupos e interesses sociais externos.

A monumentalização do centro histórico promove o atropelamento da comunidade local existente na área, bem como o despovoamento pelas classes menos privilegiadas em prol da modernização urbana, símbolo da elite. (SCOCUGLIA, 2004).

Percebe-se que o incentivo ao turismo, tão em voga, produz o que se pode chamar de uma “memória aparente”, estando mais próxima de uma superação dialética que deixa, após grandes mudanças, uma negação do centro convertendo as áreas antigas por meio de uma vida social nova. (PELLEGRINO, 2007). A atuação conjunta de fatores como especulação imobiliária sem controle revela um exercício da soberania estatal voltada para um dirigismo totalizante das novas formas de ocupação do território que implica em problemas sociais. No que concerne ao de moradia, percebe-se um elevado déficit habitacional que reflete a necessidade de produção de novas moradias, principalmente para o grupo social que foi excluído e expulso desses espaços. Apesar da ausência de indicadores exatos, é de conhecimento público que parcela significativa desse segmento vive em habitações precárias, sem infra-estrutura, sem regularização da ocupação e em áreas de periferias.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal. A Cultura na Gestão das Cidades. In: ARANTES Otília. et. all. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARROS, J. N.; PUGLIESE, V. S. **Desapropriação das Memórias Indesejáveis**: opressão e resistência no centro histórico de salvador. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/7022/4998>. Acesso: 13.07. 2008.
- BATALLER A. S. El Estudio De La Gentrificación. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona n. 228, 3 de mayo de 2000. Disponível em: <http://textosenlinea.blogspot.com/2008/06/mara-alba-sargatal-el-estudio-de-la.html>. Acesso: 10.04.2008.
- BERNHARDT, E. M. B. **Gentrificação e Revitalização**: perspectivas teóricas e seus papéis na construção de espaços urbanos contemporâneos. Disponível em: www.urbanidades.unb.br/05/artigo_5_erica_bernhardt.pdf. Acesso: 14.07.2008.
- BOGÉA, K. S., BRITO, S. R. S.; PESTANA, R. G. **Centro Histórico de São Luis Patrimônio Mundial**, São Luís, 2007.
- BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luis. **Revista eure**, v. XXXI, n. 93, Santiago de Chile, agosto 2005.
- CARVALHO. P.F.: Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YAZIGI, E. et al. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHOAY, F. **L'Allégorie du Patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.
- FUNARI, P. P. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41 ½, 2001.
- GRANT, B. **What is gentrification**: change is constant in modern city life. Disponível em: http://www.pbs.org/pov/pov2003/flagwars/special_gentrification.html. Acesso em: 06.08.2008.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LIMA, E. F. Velhos Centros, Novas Centralidades: políticas de enobrecimento urbano e usos do espaço público. **SCIENTIA PLENA**, v. 3, n. 5, 2007.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão, 2007.
- NOBRE, E. A.C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana no Pelourinho. Paper apresentado no **X Encontro Nacional da Anpur**, 2003.
- PELLEGRINO, C. T. **Patrimônio Cultural Urbano**: de quem? Para o quê? Disponível em: www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/carlos_tranquilli_pellegrino.htm. Acesso: 06.03.2007.
- PONTES, A. M. de L.; OLIVEIRA C. M. S. **Memória e conflitos**: um estudo sobre a ação pública e o patrimônio histórico-cultural em João Pessoa. Disponível: em geodesia.ufsc.br/Geodesia-nline/arquivo/cobrac98/034/034.htm. Acesso: em 30/12 / 2007.
- PONTUAL, V. Práticas urbanísticas em áreas históricas: o bairro do Recife. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciencias Sociales** (Serie documental de Geo Crítica) Universidad de Barcelona, v. XII, n. 752, 5 de octubre de 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-752.htm> Acesso em: 01.04.2008.
- RODRIGUES, M. Preservar e Consumir. **Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- RODRIGUES P., De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, p. 195, setembro de 1995.
- SANCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SCOCUGLIA, J. B. C. O Centro Histórico da Cidade de João Pessoa. In: **Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.
- SILVA, G. P.; SETTE, Edileuza Lopes. Patrimônio e cultura: reflexões sobre as políticas de preservação. Artigo aprovado no **SILACC 2008**: Simpósio Latino-americano “PATRIMÔNIO E CULTURA: reflexões sobre as políticas de preservação” em 09 a 11 de outubro em Santa Fé/Argentina. 2008.
- ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papius, 2000.

Georgia Patrícia da Silva

Professora do Centro Federal Tecnológico-RR . Aluna de Doutorado em Políticas Públicas da UFMA.
E-mail: geoufpe@yahoo.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n - Campus do Bacanga,
São Luis - MA
CEP: 65.085-580

Sergio Figueiredo Feretti

Professor da UFMA. Doutor em Antropologia.
E-mail: ferretti@elo.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n - Campus do Bacanga,
São Luis - MA
CEP: 65.085-580

Edileuza Sette

Professora Mestre da UFRR.
(95)- 81176437
E-mail: edileuzasette@hotmail.com

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Campus Cauamé, BR 174, Km 12
Bairro Monte Cristo, Boa Vista - RR
CEP: 69300-000